



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0003051-48.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **CARMINDO JOSÉ DE PAULA**
 Requerido: **CARLOS L DOS SANTOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

O réu é revel.

Citado pessoalmente (fl. 7), ele não compareceu à audiência e tampouco ofereceu contestação, além de não apresentar justificativa para isso (fl. 8).

Reputam-se em consequência verdadeiros os fatos articulados na petição inicial (art. 20 da Lei nº 9.099/95), o que basta ao acolhimento da pretensão deduzida à míngua de elementos consistentes que se contrapusessem a tanto.

Ressalvo, por oportuno, que em caso de descumprimento da obrigação que será imputada ao réu a imposição de multa ou o bloqueio do automóvel transparecem desnecessários, buscando-se a solução da questão diretamente perante a CIRETRAN.

Aliás, essa última alternativa transparece adequada para que os registros administrativos concernentes ao automóvel guardem ligação com a situação fática, cumprindo enfim a finalidade precípua para a qual se destinam.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a transferir para o seu nome o automóvel indicado nos autos no prazo de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

cinco dias, contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado.

Assinalo que na hipótese de descumprimento pelo réu dessa obrigação deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo para o réu independentemente de qualquer outra formalidade.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 14 de maio de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA